

PLANO DE ATIVIDADES 2018

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



ATIVIDADES



QUAR



RECURSOS

Ficha Técnica

Título

Plano de Atividades do GPEARI - 2018

Data

Novembro 2018

Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Rua da Alfândega, 5A
1100 - 016 Lisboa
Telefone: +351 218823390/96
Fax: +351 218823399
URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. O GPEARI	12
1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	12
1.2. ATRIBUIÇÕES	13
1.3. ESTRUTURA ORGÂNICA.....	15
1.4. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES.....	16
1.5. SERVIÇOS PRESTADOS.....	18
2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	20
3. QUAR 2018	21
4. ATIVIDADES PREVISTAS.....	33
4.1. TASK FORCE PÓS-PAEF	33
4.2. DAEP DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO.....	34
4.3. DPFP DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS	36
4.4. DPE DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA	38
4.5. DMSPL DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA	39
4.6. DCRI DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	41
4.7. DADO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	44
5. RECURSOS HUMANOS	46
6. RECURSOS FINANCEIROS.....	48
7. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	49
ANEXO	50
ACRÓNIMOS.....	54

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Estrutura Orgânica do GPEARI	15
Figura 2 Utilizadores e interlocutores do GPEARI	17
Figura 3 Serviços do GPEARI	19

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Relação entre Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais 2018.....	29
Quadro 2 Relação entre Objetivos Operacionais do GPEARI e Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas 2018	30
Quadro 3 Objetivos, indicadores, metas e atividades da Task Force Pós-PAEF.....	33
Quadro 4 Objetivos, indicadores, metas e atividades do DAEP	34
Quadro 5 Objetivos, indicadores, metas e atividades do DPFP	36
Quadro 6 Objetivos, indicadores, metas e atividades do DPE	38
Quadro 7 Objetivos, indicadores, metas e atividades do DMSPL	39
Quadro 8 Objetivos, indicadores, metas e atividades do DCRI	41
Quadro 9 Objetivos, indicadores, metas e atividades do DADO	44
Quadro 10 Postos de trabalho previstos para 2018.....	46
Quadro 11 Dotação Inicial do GPEARI para 2017 e 2018	48

SUMÁRIO EXECUTIVO

Nos últimos anos Portugal tem enfrentado um contexto económico particularmente exigente, que tem constituído um enorme desafio para o Ministério das Finanças, em geral, e para o GPEARi, em particular. Este desafio reflete-se especialmente no apoio à definição, monitorização e avaliação de políticas públicas, cujo constante escrutínio, quer no plano nacional quer no plano europeu, obrigam a uma cada vez mais criteriosa e eficiente gestão dos recursos.

Em 2018, manter-se-á o acompanhamento e monitorização do exercício pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, acordado entre as autoridades portuguesas, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que continuará a constituir um permanente e exigente desafio para o GPEARi na coordenação da representação portuguesa, em articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios, serviços e demais entidades públicas envolvidas. Em paralelo, a normalização da situação de Portugal perante as instituições levará a uma crescente diferenciação das missões de acompanhamento no âmbito do Pós-programa e dos processos regulares de supervisão orçamental e multilateral da UE e do Fundo Monetário Internacional.

Outro grande desafio do GPEARi em 2018 diz respeito à continuidade do projeto de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais, solidificando as metodologias que têm vindo a ser desenvolvidas internamente, em colaboração com outros ministérios, com a academia e com organizações internacionais. Este trabalho reveste-se de particular relevância não só na definição de políticas (nomeadamente no âmbito do Plano Nacional de Reformas) mas também no aperfeiçoamento das medidas já implementadas (por exemplo, através da publicação de artigos científicos com a avaliação *ex-post* das medidas em vigor). No futuro, a capacidade desenvolvida pelo GPEARi permitirá também uma identificação e aferição prévia de reformas a implementar, sendo por isso um instrumento de grande importância para a definição de políticas.

O GPEARI pretende lançar um estudo intitulado *“The Portuguese economy: Short essays on structural changes”* e organizar um seminário com os autores do estudo e convidados externos com o intuito de fomentar o debate acerca das alterações estruturais que se registaram na economia portuguesa nas últimas décadas.

O GPEARI dará continuidade à dinamização do ciclo de seminários mensais sobre a economia Portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. Estes eventos, abertos a todos os interessados, pretendem promover a discussão e a colaboração entre os quadros do GPEARI e outras entidades, nomeadamente a academia, outros ministérios, instituições internacionais, Banco de Portugal. Tendo sido designado, em 2017, como a entidade responsável no Ministério das Finanças por prestar apoio técnico no âmbito da implementação do procedimento de Avaliação de Impacto Legislativo, em 2018 o GPEARI continuará a sua atividade neste âmbito, assegurando a continuidade do desenvolvimento de *expertise* na temática, em estreita colaboração com os Gabinetes Ministeriais e com a Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo (UTAIL-JurisAPP).

Apostamos, igualmente, na contínua melhoria e desenvolvimento dos instrumentos de acompanhamento da conjuntura económica e de previsão, garantindo a relevância destes contributos para os principais documentos de orientação da política económica, como são o Programa de Estabilidade, o Plano Nacional de Reformas e o Orçamento do Estado.

Neste contexto, continuaremos a procurar melhorar o instrumental analítico de acompanhamento e previsão dos principais indicadores macroeconómicos, incluindo os da área das finanças públicas, designadamente por via da contínua melhoria e aperfeiçoamento do modelo macroeconómico de previsão, que contemple o manancial de informação necessária para uma adequada e permanente monitorização da conjuntura económica portuguesa e internacional.

Paralelamente, o GPEARI continuará a participar ativamente em diversos grupos de trabalho da Comissão Europeia, sempre com o objetivo de promover uma melhoria técnica dos instrumentos e ferramentas utilizadas no âmbito dos exercícios de acompanhamento

orçamental. Neste sentido, o GPEARI estará envolvido na preparação de duas propostas de melhoria da metodologia subjacente ao cálculo do produto potencial, com o objetivo de a tornar mais robusta do ponto de vista técnico.

No plano europeu, o GPEARI continuará fortemente envolvido nos trabalhos relativos ao aprofundamento da União Económica e Monetária, no seguimento da apresentação por parte da Comissão Europeia de propostas substanciais no âmbito das negociações do futuro Quadro Financeiro Plurianual, para o período de 2021 a 2027, entre as quais se destacam a criação de uma Função Europeia de Estabilização do Investimento, um Programa de Apoio às Reformas, com vista ao apoio da convergência económica e social e da preservação da estabilidade macroeconómica na área do euro. Estas propostas exigirão um debate abrangente sobre o futuro da integração europeia. Ainda no âmbito do aprofundamento da União Económica e Monetária, o GPEARI estará igualmente envolvido nas negociações relativas ao reforço do papel do Mecanismo Europeu de Estabilidade na prevenção e gestão de crises e na sua capacidade de resposta a desafios futuros.

Adicionalmente, será de destacar o debate de medidas de reforço da União Bancária (UB) na vertente de redução e partilha de riscos, dando seguimento ao roteiro para concluir a União Bancária, adotado pelo Conselho a 17 de junho de 2016.

Neste contexto, serão de realçar a Comunicação da Comissão sobre a conclusão da União Bancária e o Plano de Ação do Conselho para combater os NPL (*Non Performing Loans* ou, em português, créditos não produtivos) na Europa. A implementação do Plano de Ação para a criação de uma União dos Mercados de Capitais (UMC) continue a dominar os trabalhos legislativos do Conselho durante o ano. Neste contexto, será importante assegurar que as iniciativas legislativas europeias levarão ao aprofundamento da UMC e da UB contribuindo, assim, para a estabilidade financeira e a diminuição da fragmentação do mercado interno, permitindo aos agentes económicos portugueses a captação de poupança e o investimento em melhores condições, também por via da concomitante diversificação das suas fontes de financiamento e investimento.

O ano de 2018 continuará a ser igualmente marcado pelos trabalhos associados ao *Brexit*. O GPEARI é o ponto focal do Ministério das Finanças no Grupo de Trabalho interministerial criado para o efeito, que tem como objetivo assegurar a coerência do posicionamento de Portugal, em especial no âmbito da UE e nos contactos com as entidades britânicas, proceder à identificação do acervo da UE em que se entenda existirem interesses nacionais que deverão ser salvaguardados e coordenar os esforços e ações nacionais de preparação para a saída do Reino Unido da União Europeia. Cabe ao GPEARI, em articulação com outros organismos do Ministério e outras entidades relevantes, contribuir para estes objetivos na esfera de competências do Ministério das Finanças.

É ainda de destacar o papel do GPEARI na transposição de Diretivas da UE, assegurando nomeadamente a continuidade do trabalho de negociação a montante, preparando melhor as futuras negociações resultantes dos processos de revisão periódica, que esta legislação está sujeita. Também importante é a participação do GPEARI na elaboração de projetos legislativos nacionais relacionados com iniciativas da UE. Este cometimento é especialmente relevante para se assegurar o cumprimento dos prazos de transposição de um número elevado de dossiês e a coerência das opções a tomar.

De realçar, também, o contributo que o GPEARI tem vindo a dar no âmbito da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, enquanto membro da Delegação Portuguesa ao GAFI (Grupo de Ação Financeira) e da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Comissão BC/FT), em representação do Ministério das Finanças. Em 2018, a Comissão BC/FT dará início aos trabalhos de atualização da avaliação nacional de riscos de BC/FT, bem como, previsivelmente, aos trabalhos de transposição para o ordenamento jurídico nacional da Diretiva que modificará a Diretiva (UE) n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, caso esta venha a ser aprovada.

No domínio das relações multilaterais, o acompanhamento da participação nacional nas Instituições Financeiras Internacionais (IFI) continuará a ser norteado pelos objetivos de (i) defesa das prioridades da política externa portuguesa, (ii) promoção de uma política de cooperação estruturante com os países de língua portuguesa (PLP), (iii) potenciação da internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais por via do seu relacionamento com estas instituições e (iv) dinamização do acesso dos agentes económicos nacionais, públicos e privados, ao financiamento em condições vantajosas proporcionado pelas IFI.

Neste contexto, será dada continuidade ao relevante contributo que o GPEARI tem prestado em matéria de obtenção de financiamento, em particular, junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), para projetos em benefício da economia portuguesa, aproximando os agentes nacionais quer públicos quer privados, na procura de soluções de financiamento e investimento mais inovadoras e com prazos de maturidade mais vantajosos. De igual modo, mantem-se o trabalho desenvolvido junto das restantes IFI, também numa lógica de estimular a participação de empresas, consultores e banca nacional portugueses, quer em termos de financiamento, quer de prestação de serviços, aquisição de bens e execução de obras públicas, por via dos projetos financiados pelas IFI nos respetivos mercados de intervenção. Pretende-se, desta forma, maximizar o retorno político e financeiro da participação de Portugal nas referidas instituições.

Em 2018, importa, ainda, destacar o desenvolvimento dos trabalhos em torno do “Compacto para o Desenvolvimento dos Países Lusófonos”, cuja génese remonta à realização de uma mesa redonda liderada pelo Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento e que contou com entidades públicas e privadas portuguesas, reunidas em Lisboa, em novembro de 2017, e no âmbito da qual o Banco e as autoridades portuguesas se comprometeram a envidar esforços no sentido de estreitar o seu relacionamento e colocar os recursos já disponíveis em prol do desenvolvimento e da promoção do investimento do setor privado nos países africanos de língua portuguesa e beneficiários da instituição. Espera-se que os compromissos

avanzados nesta ocasião se venham a materializar num Acordo concreto, a assinar entre todas as partes envolvidas, tendo em vista a operacionalização do Compacto a breve trecho.

Também no âmbito das relações bilaterais, a intervenção do GPEARi continuará a pautar-se pela finalidade última de contribuir para a prossecução dos objetivos de política externa e para alavancar os interesses estratégicos nacionais junto de países terceiros. O GPEARi continuará a assegurar a preparação técnica e/ou participação em Grupos de Trabalho e reuniões de Alto Nível (incluindo Cimeiras) com países terceiros, o que passa pela coordenação dos conteúdos relacionados com todos os domínios da esfera de competências do Ministério das Finanças, contribuindo para a formulação de políticas económico-financeiras que concorram para a defesa das prioridades das políticas externa e de cooperação portuguesa. No que toca ao relacionamento com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em particular, o GPEARi assegurará a coordenação e o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial e do Acordo de Cooperação Económica, ambos vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica nos dois países africanos, assim como para o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.

No domínio da cooperação técnica, procurar-se-á manter o apoio à implementação de reformas estruturais ao nível da gestão das finanças públicas nos países de língua oficial portuguesa, quer através de iniciativas de âmbito bilateral (como os Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas), quer de iniciativas que incluam todos os países da CPLP, designadamente mediante a procura de cofinanciamentos, eventualmente multilaterais, que permitam desenvolver atividades nacionais de cooperação e assistência técnica, tendo em conta as fortes restrições resultantes do atual enquadramento orçamental para a área de cooperação externa.

No plano interno, o GPEARi continuará a apostar claramente na capacitação dos seus recursos humanos, tendo em vista assegurar uma resposta de qualidade às diversas solicitações, mantendo valores de excelência e de rigor. De realçar, neste âmbito, que apesar do reforço de recursos humanos, com a entrada de 14 novos técnicos superiores no final de 2017, o

GPEARI inicia o ano de 2018 com um total de 65 colaboradores, pese embora estejam previstos no seu mapa de pessoal 77 postos de trabalho.

A integração dos novos técnicos superiores, recrutados na sequência de concurso externo, vem exigir, em 2018, um grande esforço de toda a organização na preparação e apresentação dos conteúdos programáticos do programa de formação específica exigido, constituindo-se como um desafio para uma instituição da dimensão do GPEARI.

A par dos desafios identificados, durante 2018, o GPEARI continua a dar grande importância à melhoria de mecanismos e instrumentos de organização interna e controlo de gestão, alguns dos quais já iniciados em 2016 e 2017, bem como à gestão dos recursos disponíveis, que tem exigido uma redefinição de prioridades, potenciando melhorias de eficiência e claras demonstrações de empenho e esforço, tendo em vista a prossecução dos objetivos estabelecidos.

Em geral, o GPEARI continuará ao longo de 2018 a promover a excelência, fomentando o bom clima organizacional, o espírito de equipa e um forte compromisso com os objetivos organizacionais.

1. O GPEARI

1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

- Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira; assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais; acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério

Visão

- Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão
- Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças
- Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores

Valores

- Criatividade e partilha do saber**, *promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARi*
- Excelência e profissionalismo**, *adotando uma cultura de autocritica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas*
- Rigor e Integridade**, *garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada*
- Responsabilidade e sentido de dever**, *definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal*

1.2. ATRIBUIÇÕES¹

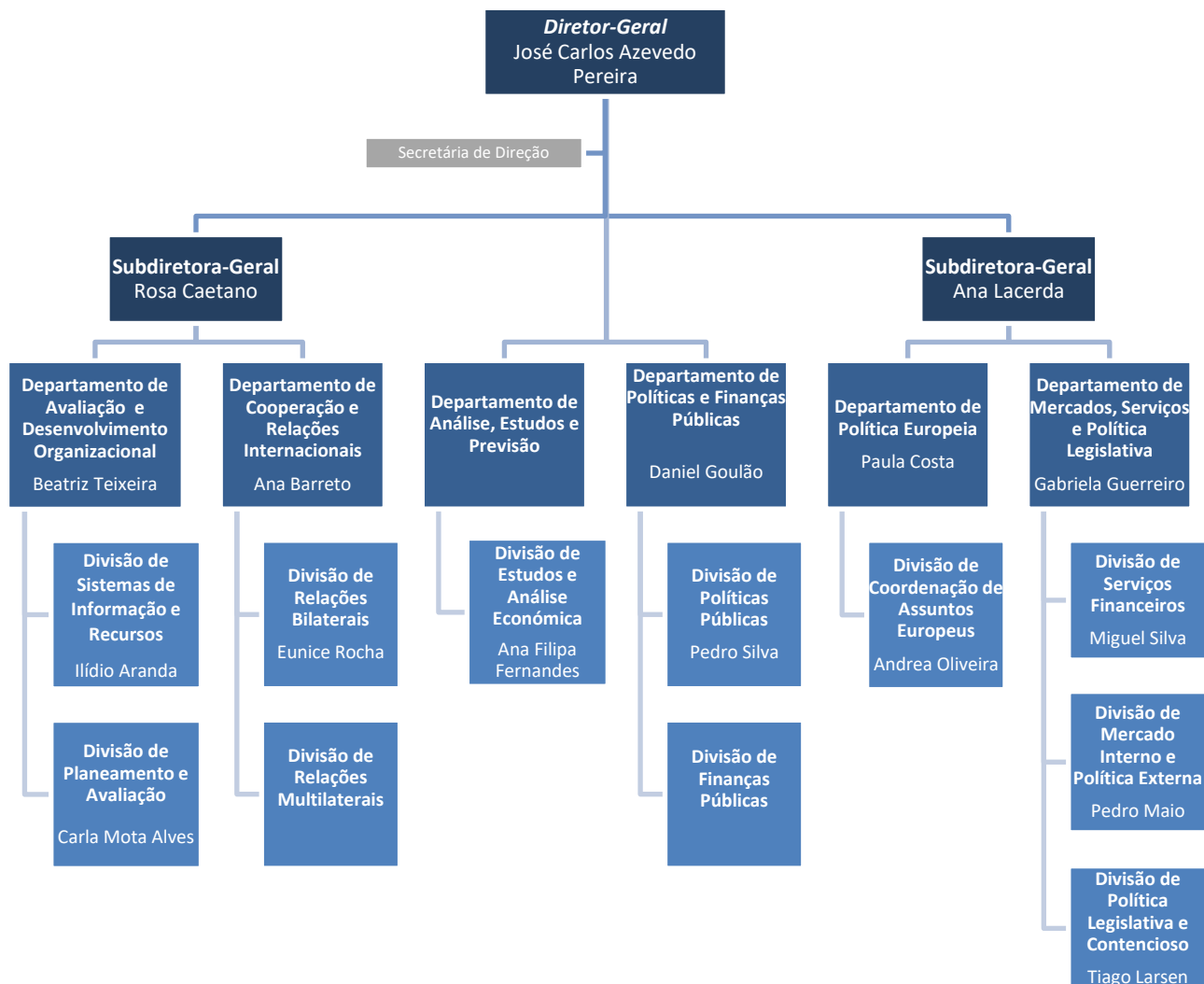
- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do Ministério;
-
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
-
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
-
- Assegurar a elaboração do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, em articulação com os departamentos competentes dos demais ministérios;
-
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério;
-
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério;
-
- Coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais e com a União Europeia, nomeadamente assegurando o relacionamento institucional com os países estratégicos para Portugal e com as instituições financeiras europeias e internacionais;
-
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MF, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
-
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério que careçam de regulamentação;
-

¹ Artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 48/2012, de 22 de agosto, na redação do Decreto Regulamentar n.º 3/2015, 15 de abril.

- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF, e submetê-los ao membro do Governo competente;
- Coordenar e assegurar o trabalho técnico necessário para dar cumprimento às obrigações que decorram dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia, em articulação com os ministérios, serviços e organismos envolvidos, em particular no que respeita ao Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, ao Programa de Estabilidade, à Estratégia Europa 2020, à interação para a preparação e monitorização das recomendações específicas, por país, para Portugal e restantes procedimentos e mecanismos integrados no chamado Semestre Europeu, designadamente ao Esboço do Projeto Orçamental;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados e podendo contratar a prestação de serviços necessários para o efeito, com respeito pelas normas de contratação aplicáveis;
- No contexto do acompanhamento da supervisão pós programa de ajustamento macroeconómico a efetuar pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, compete ainda ao GPEARI servir como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes destas instituições, centralizando a comunicação e a partilha de informação dos vários ministérios, serviços e organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre eles, no âmbito de medidas transversais.

1.3. ESTRUTURA ORGÂNICA²

Figura 1 | Estrutura Orgânica do GPEARI



² Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril; Portaria n.º 207/2015, de 15 de julho; Despacho n.º 8792/2015, de 10 de agosto; Despacho n.º 10569/2015, de 23 de setembro; Despacho n.º 10570/2015, de 23 de setembro; Despacho n.º 13452/2015, de 23 de novembro.

1.4. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES

O GPEARi é um serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, sendo o principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARi. Os gabinetes governamentais e os organismos do MF constituem o que intitulamos de **grupo de utilizadores internos**.

No **grupo dos utilizadores e interlocutores externos** incluem-se outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO, organizações e instituições internacionais, tais como diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do setor privado.

Existem ainda **outros interlocutores** - entidades com as quais o gabinete interage e articula a sua atividade – onde estão inseridos, para além dos que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo a REPER em Bruxelas, outras entidades tais como o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global e ainda Ordens Profissionais e associações do setor financeiro.

Figura 2 | Utilizadores e interlocutores do GPEARI



1.5. SERVIÇOS PRESTADOS

De entre os principais serviços prestados pelo GPEARI, destacam-se:

- Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa, o Modelo Trimestral Macro econométrico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional
- Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, as Grandes Opções do Plano, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado
- Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.
- Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa”, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estudos Económicos do Ministério da Economia
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura
 - Notas de Preços, Nota de Indicadores de Curto-Prazo, Nota de Empréstimos e Nota de Comércio Externo
 - Cadernos de Finanças Públicas
 - Portugal Latest Key Development
 - Newsletter da área internacional
- Artigos sobre temas diversos, objeto de publicação na página eletrónica do GPEARI
- Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais
- Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF
- Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP
- Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.
- Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional
- Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI
- Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF
- Acompanhamento e monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas
- Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério

Figura 3 | Serviços do GPEARI



2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os **Objetivos Estratégicos** para o período 2014-2018 são os seguintes:

OE 1 - Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

OE 2 - Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária.

OE 3 - Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral.

OE 4 - Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus.

3. QUAR 2018

QUAR										
Quadro de Avaliação e Responsabilização										
2018										
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS										
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais										
MISSÃO Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.										
Objectivos Estratégicos										
OE 1. Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.										
OE 2. Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária										
OE 3. Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral										
OE 4. Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus										
EFICÁCIA										
Ponderação:										50%
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal										Peso:
										25%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
IND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	-	7	8	6	7	2	4	33%		n.d.
IND2. Nº de reuniões organizadas	-	138	199	146	110	20	200	33%		n.d.
IND3. Nº de reportes às instituições internacionais	-	-	203	150	160	10	200	34%		n.d.
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF										Peso:
										25%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
IND4. Nº de documentos de política económica elaborados	7	8	27	20	20	5	30	40%		n.d.
IND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	15	22	37	57	55	10	70	30%		n.d.
IND6. Número de reuniões asseguradas	585	488	644	552	575	50	650	30%		n.d.
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa										Peso:
										20%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
IND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	100%	100%	100%	100%	90,0%	9,0%	100%	100%		n.d.
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais										Peso:
										20%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
IND8. Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	10	11	10	10	10	2	15	40%		n.d.
IND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	76%	83%	83%	79%	80%	10%	100%	60%		n.d.
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental										Peso:
										10%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
IND10. N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	313	395	398	346	350	25	400	100%		n.d.
EFICIÊNCIA										
Ponderação:										25%
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas										Peso:
										100%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
IND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	98%	98,1%	99,3%	99,6%	98,50%	1,00%	100%	100%		n.d.
QUALIDADE										
Ponderação:										25%
O7. Promover a projeção externa do GPEARI										Peso:
										100%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
IND12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,10	4,40	4,13	4,51	4,30	0,15	5	50%		n.d.
IND13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,00	4,23	4,15	4,08	4,10	0,10	5	50%		n.d.

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos					Objectivos mais relevantes (vide instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
EFICÁCIA	50%					
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	25%				12,50%	R
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	25%				12,50%	R
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	20%				10,00%	
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras	20%				10,00%	
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	10%				5,00%	
EFICIÊNCIA	25%					
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	100%				25,00%	R
QUALIDADE	25%					
O7. Promover a projecção externa do GPEAR	100%				25,00%	R
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%				75,00%	

Indicadores	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
ND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contido a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos de apoio à decisão política
ND2. N° de reuniões organizadas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force Nota metodológica: Inclui Reuniões preparatórias, reuniões com outros Ministérios e reuniões com as Instituições Internacionais	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de reportes no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
ND3. N° de reportes às instituições internacionais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force Nota metodológica: Inclui os documentos de reporte acordados no memorando de acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal - Data Provision, Week Development e outros de natureza diversa.	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
ND4. N° de documentos de política económica elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração de: Grandes Opções do Plano para 2018; Programa de Estabilidade; Conta Geral do Estado 2016; Relatório do Orçamento do Estado para 2018; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE. Outros documentos de enquadramento solicitados pelos Gabinetes Governamentais	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND5. N° de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND6. Número de reuniões asseguradas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DPE, DMSPL Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEAR e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais, europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em fase de implementação - o PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF, ambos de âmbito CPLP	Grau máximo de execução
ND8. N° de iniciativas que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEAR que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IF (%)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEAR e pela aicap Portugal Global.	Grau máximo de utilidade
ND10. N° de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DCRI Nota metodológica: Engloba um conjunto de publicações e relatórios estatísticos representativos da atividade do GPEAR em matéria de produção e divulgação de informação económico-financeira e orçamental, periodicidade diária, mensal e trimestral.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DCRI, DMSPL, DADO, DPE Nota metodológica: Inclui as solicitações com prazo estabelecido e com prazo implícito (a partir do qual a resposta é considerada extemporânea ou desnecessária).	Percentagem máxima de solicitações respondidas.
ND12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	Grau máximo de satisfação
ND13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEAR.	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos											
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30/jun		30/set		31/dez			
				Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60						0		
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	15	240						0		
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças e Téc. Superior	12	49	588						0		
Coordenador Técnico	9	1	9						0		
Técnico de Informática	9	4	36						0		
Assistente Técnico	8	4	32						0		
Assistente Operacional	5	1	5						0		
Total		77	970					0	0		

	Realizado 31-12-2015	Previsto 31-12-2016	Realizado 31-12-2016	Previsto 31-12-2017	Realizado 31-12-2017	Previsto 31-12-2018	Realizado 30-06-2018	Realizado 30-09-2018	Realizado 31-12-2018
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	55	75	54	76	65	77			

Recursos Financeiros									
DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	30-06-2018	EXECUÇÃO 30-09-2018	31-12-2018	SALDO	Taxa de Execução		
Orçamento de funcionamento	€ 3 361 118,00	€ 3 361 118,00							
Despesas com Pessoal	€ 2 852 808,00	€ 2 852 808,00							
Aquisição de Bens e Serviços	€ 436 060,00	€ 429 520,00							
Outras despesas correntes	€ 250,00	€ 490,00							
Aquisição de bens de capital	€ 72 000,00	€ 78 300,00							
PIDDAC	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -				
TOTAL	€ 3 361 118,00	€ 3 361 118,00							

De acordo com os objetivos estratégicos definidos, fixaram-se os seguintes objetivos operacionais para 2018:

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

O1.

ASSEGURAR A COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PÓS-PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DE PORTUGAL

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 1	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	6	[5;9]	4

Após a realização de cada missão de acompanhamento e monitorização do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o qual contém todos os assuntos tratados durante a missão, o ponto de situação, os pontos pendentes e críticos. Este ano o GPEARI prevê a realização de pelo menos duas missões de acompanhamento.

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 2	Nº de reuniões organizadas	146	[90;130]	200

Este indicador reflete o número de reuniões organizadas pelo GPEARI com os ministérios e demais entidades relevantes no âmbito das missões de acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, nomeadamente as Instituições Internacionais envolvidas na avaliação e monitorização, incluindo igualmente um conjunto de reuniões preparatórias. Para 2018, estão previstas duas Missões regulares, todavia, tal como em anos anteriores poderão ocorrer missões enquadradas neste âmbito, designadamente Artigo IV do FMI.

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 3	Nº de reportes às instituições internacionais	150	[150;170]	200

Este indicador traduz um conjunto de reportes regulares (semanais, mensais, trimestrais e semestrais) de informação às instituições internacionais, nos termos do “*Agreement on Data Provision*”, bem como o progresso dos processos em curso.

O2. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 4	Nº de documentos de política económica elaborados	20	[15;25]	30

Este indicador traduz trabalhos de coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como:

- Programa de Estabilidade;
- Conta Geral do Estado 2017;
- Relatório do Orçamento do Estado para 2019;
- Programa Nacional de Reformas;
- Balanço da participação de Portugal na UE.

Inclui, ainda, um conjunto de outros documentos de enquadramento solicitados pelos Gabinetes Governamentais.

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 5	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	57	[45;65]	70

Os documentos de análise técnica e de apoio à decisão política incluídos neste indicador são:

- Documentos de análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas;
- *Policy papers* relacionados com a sustentabilidade das finanças públicas, direcionados para os decisores políticos do MF;
- Documentos de apoio à decisão política sobre várias temáticas, designadamente Custa Quanto, Conselho Nacional da Produtividade, Previsão trimestral do défice das Administrações Públicas, entre outros artigos.

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 6	Número de reuniões asseguradas	552	[525;625]	650

Este indicador abrange a representação e/ou preparação de um vasto conjunto de reuniões de natureza comunitária, internacional ou nacional:

■ Reuniões Comunitárias:

- ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes), *Eurogroup Working Group, Task Force on Coordinated Action*, Conselho Europeu e Briefings com as Embaixadas europeias presentes em Lisboa;
- Reuniões bilaterais com a Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu;
- Grupos de trabalho do Comité Económico e Financeiro: Sub-Committee on IMF Issues e Subcomité de Estatística;
- Comité de Política Económica, e Grupos de Trabalho (*Ageing Population and Sustainability Working Group, Output Gap Working Group, LIME Working Group, Economic Forecasts*)
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (*Financial Services Committee, Grupo Serviços Financeiros, Grupos de peritos da Comissão Europeia*).

■ Reuniões Internacionais:

- Reuniões no âmbito do Artigo IV do FMI;
- OCDE (Comité de Política Económica, *Short – Term Economic Prospects*; Comité de Mercados Financeiros, Reunião Ministerial, Global Strategy Group, Missão técnica no âmbito da elaboração do *Survey* de Portugal e outros grupos de trabalho);
- ASEM;
- Organização Mundial do Comércio;
- Tribunal de Justiça da União Europeia;
- Reuniões com agências de *rating* e com investidores.

■ Reuniões Nacionais:

- Banco de Portugal;
- Conselho Económico e Social;
- INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN) e GT C.S. Saúde;
- CIAE a nível técnico e preparação de reuniões da CIAE a nível político;
- CIPE;
- Comissão Nacional para os Direitos Humanos;
- Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo;
- Outras reuniões de coordenação MNE/outros Ministérios setoriais/outras entidades.

O3.

PROMOVER UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 7	Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	100%	[81%;99%]	100%

O indicador traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em fase de implementação - o PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF, ambos de âmbito CPLP.

O4.

CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS, CONSULTORES E BANCA NACIONAIS E PARA O ACESSO AO FINANCIAMENTO DA ECONOMIA NACIONAL ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 8	Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	10	[8;12]	15

Este indicador engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional, entre elas a realização de seminários e missões empresariais coorganizadas com a aicep Portugal Global no âmbito do Acordo de Parceiros que existe entre ambas as instituições.

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 9	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	79%	[70%;90%]	100%

Pretende-se avaliar a utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais, na sua abordagem aos mercados das IFI, através da aplicação de questionários de avaliação junto das entidades que tenham participado nas ações organizadas conjuntamente pelo GPEARi e pela aicep Portugal Global.

Esta avaliação permite não só estabelecer um mecanismo de *feedback* relativamente à qualidade dos serviços prestados, mas também consolidar o diálogo com as empresas nacionais mais ativas no mercado das IFI.

O5. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA, MACROFINANCEIRA E ORÇAMENTAL

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 10	N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	346	[325;375]	400

Este indicador engloba um conjunto de publicações e relatórios estatísticos representativos da atividade do GPEARi em matéria de produção e divulgação de informação económico-financeira e orçamental relevante:

- Boletim Mensal da Economia Portuguesa;
- Dossier de Indicadores de Conjuntura (mensal);
- Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
- Dossier de Finanças Públicas - Portugal e Comparações Internacionais;
- Notas (Indicadores Coincidentes, Situação Económica Internacional, Dívida)
- Portugal *Latest Key Development*;
- *Newsletter* da área internacional.

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

06. ASSEGURAR A RESPOSTA ATEMPADA A SOLICITAÇÕES EXTERNAS

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 11	Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	99,6%	[97,5%;99,5%]	100%

O indicador traduz a percentagem de solicitações externas que são respondidas dentro do prazo fixado, evidenciando a importância atribuída à tempestividade da resposta às solicitações que são dirigidas ao Gabinete.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

07. PROMOVER A PROJEÇÃO EXTERNA DO GPEARi

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 12	Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,51	[4,15;4,45]	5

É aplicado um questionário de satisfação aos principais contactos dos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.

INDICADORES		RESULTADO 2017	META 2018	VALOR CRÍTICO
IND. 13	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,08	[4,0;4,2]	5

Este indicador traduz o resultado dos questionários de satisfação realizados aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARi.

Quadro 1 | Relação entre Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais 2018

Objetivos Estratégicos e Operacionais do QUAR 2018 do GPEARI				Objetivos Estratégicos do QUAR 2018 do GPEARI			
				OE 1.	OE 2.	OE 3.	OE 4.
				Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional	Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária	Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral	Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus
Objetivos Operacionais do QUAR 2018 do GPEARI	Eficácia	001	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	●			
		002	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF		●	○	●
		003	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa			●	○
		004	Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais			●	○
		005	Garantir a disponibilização de informação estatística macrofinanceira e orçamental	●	○		○
	Eficiência	006	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	●	●	●	●
	Qualidade	007	Promover a projeção externa do GPEARI	●	●	●	●

Legenda:

- Contributo direto
- Contributo indireto

Quadro 2 | Relação entre Objetivos Operacionais do GPEARI e Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas 2018

Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas	Objetivos Operacionais do QUAR 2018 do GPEARI						
	001	002	003	004	005	006	007
	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	Contribuir para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional por via das Instituições Financeiras Internacionais	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	Promover a projeção externa do GPEARI
TASK FORCE PPS PPM							
TF.OO.01 Assegurar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	●						
TF.OO.02 Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	●						
DAEP							
DAEP.OO.01 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF		●				○	○
DAEP.OO.02 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)		●				○	○
DAEP.OO.03 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE		●				○	○
DAEP.OO.04 Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental					●		
DAEP.OO.05 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas						●	
DAEP.OO.06 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●
DPFP							
DPFP.OO.01 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF		●				○	○
DPFP.OO.02 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)		●				○	○
DPFP.OO.03 Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental					●		
DPFP.OO.04 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas						●	
DPFP.OO.05 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●

Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas	Objetivos Operacionais do QUAR 2018 do GPEARI						
	001	002	003	004	005	006	007
	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	Contribuir para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional por via das Instituições Financeiras Internacionais	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	Promover a projeção externa do GPEARI
DPE							
DPE.OO.01 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)		●				○	○
DPE.OO.02 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE		●				○	○
DPE.OO.03 Assegurar a resposta atempada a solicitações						●	
DPE.OO.04 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●
DMSPL							
DMSPL.OO.01 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)		●				○	○
DMSPL.OO.02 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE		●				○	○
DMSPL.OO.03 Assegurar a resposta atempada a solicitações						●	
DMSPL.OO.04 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●
DCRI							
DCRI.OO.01 Assegurar a execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica e outros Acordos bilaterais		○	●			○	○
DCRI.OO.02 Promover iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e do acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito das IFI		○	○	●		○	○
DCRI.OO.03 Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais			●	●		○	○
DCRI.OO.04 Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade da área internacional			○	○			○
DCRI.OO.05 Assegurar a resposta atempada a solicitações						●	
DCRI.OO.06 Melhorar a projeção externa do GPEARI		○	○	○		○	●

Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas	Objetivos Operacionais do QUAR 2018 do GPEARI						
	001	002	003	004	005	006	007
	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	Contribuir para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional por via das Instituições Financeiras Internacionais	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	Promover a projeção externa do GPEARI
DADO							
DADO.00.01 Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios		○					○
DADO.00.02 Coordenar o processo de planeamento do GPEARI	○	○	○	○	○	○	○
DADO.00.03 Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas		○					
DADO.00.04 Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF		○					○
DADO.00.05 Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	○	○	○	○	○	○	○
DADO.00.06 Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	○	○	○	○	○	○	○
DADO.00.07 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas						●	
DADO.00.08 Melhorar a projeção externa do GPEARI							●

4. ATIVIDADES PREVISTAS

Apresentam-se de seguida as principais atividades desenvolvidas por cada Departamento na prossecução dos objetivos estratégicos e atribuições do Gabinete, apresentando-se para cada um os respetivos objetivos operacionais, indicadores e metas.

4.1. TASK FORCE PÓS-PAEF³

Quadro 3 | Objetivos, indicadores, metas e atividades da Task Force Pós-PAEF

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
O1 Assegurar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	50%	I1 Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	[5;9]	40%	*Elaborar Relatórios de cada Missão do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal.
		I2 Prazo de disponibilização do <i>scoreboard</i> ao Gabinete do Ministro (horas)	[6;8]	60%	*Elaborar documento de resumo das diversas reuniões, enviado em Gabinete do Ministro das Finanças no período anterior ao de realização da reunião final.
O2 Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	50%	I3 Nº de reuniões organizadas	[80;120]	50%	*Organizar reuniões com as instituições internacionais e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso.
		I4 Nº de reportes às instituições internacionais	[135;165]	50%	*Elaborar de reportes regulares (semanais/mensais/trimestrais/semestrais) de informação às instituições internacionais, de acordo com o <i>Agreement on Data Provision</i> , bem como com o progresso dos processos em curso.

³ No âmbito das atribuições cometidas ao GPEARI de coordenação do acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal foi criada uma task force para assegurar a organização e participação nas reuniões com as instituições internacionais e a disponibilização de informação de reporte.

4.2. DAEP | DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO

Quadro 4 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DAEP

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO 1 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	45%	I1 Nº de documentos de política económica elaborados em colaboração	[9;13]	35%	*Elaborar contributos para o Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado, Plano Nacional de Reformas *Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas económico-financeiras
		I2 Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[25;35]	35%	*Elaborar documentos de análise económica, de acordo com solicitações superiores ou por <i>motu proprio</i> . Elaboração de estudos e documentos de trabalho.
		I3 Número de reuniões asseguradas	[17;27]	30%	*Preparar e participar em reuniões no âmbito da Troika, Artigo IV do FMI, Agências rating e Banco de Portugal *Preparar e participar em reuniões no âmbito do Conselho Económico e Social e do CSE do INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN)
OO 2 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	5%	I4 Número de reuniões asseguradas	[7;11]	100%	*Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, LIME, previsões económicas
OO 3 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	I5 Número de reuniões asseguradas	[3;7]	100%	*Preparar reuniões da OCDE (Comité de Política Económica, GT Nº1, GT Previsões Curto prazo) Fórum da Produtividade

	Objetivos	Peso do Objeto	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO 4	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	15%	I6 Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[274;334]	100%	*Elaborar a síntese diária de Indicadores de Conjuntura, Notas sobre Comércio Externo, Previsões das Instituições, Empréstimos e taxas de juro, nota económica de curto prazo e síntese de indicadores interna; *Elaborar, em colaboração, o BMEP, o dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development;
OO 5	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	25%	I7 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	
OO 6	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I8 Grau de satisfação dos utilizadores do DAEP	[4;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

4.3. DPFP | DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

Quadro 5 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DPFP

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO 1 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	50%	I1 Nº de documentos de política económica elaborados	[10;20]	35%	*Elaborar contributos, essencialmente para o Programa de Estabilidade, Orçamento do Estado e Conta Geral do Estado. *Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas e finanças públicas.
		I2 Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[20;30]	35%	*Elaborar análises do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis orçamentais; *Elaborar <i>policy papers</i> relacionados com a sustentabilidade das finanças públicas, direcionados para os decisores políticos do MF; *Elaborar a previsão trimestral do défice das Administrações Públicas; Atualizar o Modelo Macroeconómico da Economia Portuguesa por subsector das Administrações Públicas e aprofundar as Projeções da Receita Fiscal.
		I3 Número de reuniões asseguradas	[55;65]	30%	*Preparar e participar em reuniões no âmbito das missões PPS/PPM, Artigo IV do FMI, Agências rating/Bancos de Investimento, OCDE, Banco de Portugal, Conselho das Finanças Públicas e Grupo de Trabalho das Administrações Públicas. *Preparar e participar em reuniões de trabalho conjunto com o INE: GT C.S. Saúde, projeções da população e da responsabilidade do sistema de pensões (tabela 29 SEC2010).

	Objetivos	Peso do Objetivo		Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO 2	Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económicas e de política orçamental).	15%	14	Número de reuniões asseguradas	[4;8]	25%	*Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, AWG, Subcomité de Estatísticas do EFC e outras consideradas necessárias.
			15	Nº de relatórios produzidos	[4;6]	75%	*Elaborar a <i>country-fiche</i> de PT e a colaboração no Relatório do Envelhecimento da População (2018): metodologia e resultados.
OO 3	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	10%	16	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[60;70]	100%	*Elaborar o Dossier Finanças Públicas e de Comparações Internacionais; Elaborar, em colaboração, o BMEP, o Dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development.
OO 4	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	20%	17	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	*Elaborar documentos de apoio à definição da posição nacional no âmbito da governação orçamental europeia. *Elaborar documentos diversos de apoio aos gabinetes ministeriais.
OO 5	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	18	Grau de satisfação dos utilizadores do DPFP	[4;4,2]	60%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>
			19	Formações/seminários finanças públicas assegurados	[15;25]	40%	*Realizar seminários na área das políticas e finanças públicas.

4.4. DPE | DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA

Quadro 6 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DPE

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	45%	I1 Número de reuniões asseguradas	[125;155]	75%	* Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CPE, CEF, CEF Alternates, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa *Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho do CEF (SCMIF, etc)) e do EWG (TFCA) *ESM BoD, ESM BoG, ESM Liaison Committee, ESM outras *Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (CIAE, Grupo de Trabalho sobre o Brexit,etc.)
		I2 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[25;35]	25%	*Reuniões do PPS-PPM, Artigo IV do FMI
OO2 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	20%	I3 Número de reuniões asseguradas	[2;4]	100%	*Preparar reuniões da OCDE (Reunião Ministerial, Comité de Política Económica, Exames da OCDE e reuniões sobre produtividade)
OO3 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	30%	I4 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	* Desenvolver trabalhos relativos à governance do FMI * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito das negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Estratégia Europa 2020 * Outros trabalhos (Balanço de PT na UE, Questões relacionadas com o euro, etc) * Responder a questionários OCDE sobre temas específicos e desenvolver outros trabalhos * Outros pedidos
OO4 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I5 Grau de satisfação dos utilizadores do DPE	[4;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

4.5. DMSPL | DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA

Quadro 7 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DMSPL

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)	45%	I1 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[75;105]	40%	* Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CEF, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa * Preparar e/ou representar o MF nas reuniões da CIAE e CIPE
		I2 Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[285;345]	60%	* Preparar e/ou representar o MF em reuniões de Grupos de Trabalho e Comitês da UE na área financeira (Task Force on Coordinated Action, Financial Services Committee, L2 Committees, Expert groups, Grupo Serviços Financeiros, workshops de transposição, grupos ad-hoc, etc) * Preparar e/ou representar o MF em reuniões internacionais (ASEM, OMC, TJUE, etc.) * Preparar e/ou representar o MF em reuniões nacionais (Comissão BC/FT, CNDH, reuniões MNE e MF)
OO2 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	I3 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[1;3]	20%	* Preparar Reunião Ministerial e/ou outras
		I4 Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[2;6]	80%	* Representar o MF no Comité dos Mercados Financeiros e na Advisory Task Force on the Codes
OO3 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	45%	I5 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	* Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito do Mercado Interno Europeu (estratégia para o mercado interno, mercados e serviços financeiros, direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade, questões aduaneiras, auxílios do Estado, etc.) * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Externa Europeia (Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, ACP, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente), etc.) * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Legislativa Europeia (contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou

Objetivos		Peso do Objetivo	Indicadores		Meta	Peso do Indicador	Atividades
							aplicação da legislação da UE na ordem jurídica interna, sanções financeiras internacionais e combate ao financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais, convenções e protocolos, etc.) *Outros trabalhos (Balanço de PT na UE, etc.)
OO4	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I6	Grau de satisfação dos utilizadores do DMSPL	[4,0;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

4.6. DCRI | DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quadro 8 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DCRI

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO1 Assegurar a execução dos programas de cooperação e assistência técnica e outros acordos bilaterais	20%	11 Grau de execução dos PICAT (%)	[81%;99%]	30%	<p>- Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador dos Programas de Cooperação Técnica (PICAT Aduaneiro CPLP, PICAT IGF CPLP, PIPATFin TL), mediante a disponibilização de recursos, quer financeiros, quer humanos, para o efeito.</p> <p>- Explorar oportunidades e estruturas de cofinanciamento multilateral para financiar atividades nacionais de cooperação e assistência técnica bilateral no âmbito das finanças públicas.</p> <p>- Estimular a realização de outras iniciativas, no âmbito da CPLP, na esfera de competências do Ministério das Finanças, como forma de aprofundar a cooperação económica e financeira entre os Estados-membros, designadamente a realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> * da Reunião de Ministros das Finanças; * do II Fórum de Instituições do Tesouro e Gestoras da Dívida Pública no âmbito da CPLP; * de Seminários nas áreas fiscal e aduaneira.
		12 Nº de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	[4;6]	70%	<p>Assegurar a execução do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, designadamente através:</p> <ul style="list-style-type: none"> * do desenvolvimento de trabalhos técnicos de avaliação periódica da conjuntura macroeconómica e da implementação de reformas estruturais nos países parceiros ao nível das respetivas Unidades de Acompanhamento Macroeconómico, em colaboração com o Banco de Portugal, e * da representação do Ministério das Finanças nas Comissões responsáveis pelo funcionamento dos referidos Acordos.

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO2 Promover iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais e para o financiamento da economia nacional	20%	I3 Nº de seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas	[8;12]	100%	<p>* Dinamizar o conhecimento e o acesso das empresas, consultores e banca nacionais relativamente aos instrumentos de financiamento disponibilizados pelas IFI (seja prestação de serviços e aquisição de bens e obra, seja projetos de investimento), designadamente através da organização de Seminários, Missões e Reuniões que venham a ser acordadas no Plano de Trabalhos do GT MAMMF.</p> <p>* Consolidar a rede de contactos no seio das IFI e entre as entidades participantes na Comissão de Acompanhamento do MAMMF e reforçar a cooperação institucional com a aicep Portugal Global nas atividades de promoção da internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais, prosseguindo os objetivos do Acordo de Parceiros estabelecido entre as duas organizações.</p> <p>* Apoio a entidades nacionais para o acesso a fontes de financiamento como o BEI e o CEB.</p>
OO3 Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais	30%	I4 Percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada	[70%;80%]	50%	<p>Preparar e participar em reuniões multilaterais (BAfD, BASD, BM, BID, BERD, BEI, CEB, AIIB, CAF, FIDA, FCPB, UE):</p> <p>* Anuais dos Conselhos de Governadores;</p> <p>* De coordenação da tomada de posição em sede dos grupos de voto dos Conselhos de Administração (e, quando aplicável, representação de Portugal ao nível do referido Conselho de Administração, como é o caso do BAfD, do BID, do BERD, do BASD, do BEI, do CEB e do FCPB);</p> <p>* De negociação e acompanhamento da utilização dos Fundos nacionais de Cooperação Técnica;</p> <p>* Das reconstituições de recursos de janelas concessionais dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;</p> <p>* Dos comités e facilidades no âmbito dos mecanismos de <i>blending</i> da União Europeia e do mandato externo do BEI (em coordenação com Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Instituto Camões e com a SOFID).</p>
		I5 Percentagem de reuniões bilaterais com representação assegurada	[81%;99%]	50%	<p>Preparar o contributo técnico do Ministério das Finanças e participar em reuniões bilaterais: Cimeiras, Comissões Mistas e reuniões de Alto Nível, reuniões técnicas com PALOP e países terceiros, reuniões nacionais de coordenação interministerial (Comissão Interministerial de Cooperação - CIC - e Comissão Interministerial de Política Externa - CIPE).</p> <p>Estimular, sempre que possível, a concretização de iniciativas paralelas que potenciem, por ex., a</p>

	Objetivos	Peso do Objetivo		Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
							internacionalização de empresas, consultores e banca nacional.
OO4	Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade da área internacional	10%	16	N.º de Newsletters publicadas	[3;5]	100%	Publicação de newsletter
OO5	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	15%	17	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	De forma muito sucinta, destacam-se as seguintes atividades: 1. Responder a solicitações nas áreas bilateral e multilateral: envio de contributos para a definição da posição nacional em diversos <i>fora</i> internacionais; emissão de pareceres no âmbito da Eficiência e Eficácia da Ajuda, bem como sobre o financiamento de projetos por <i>Trust Funds</i> Bilaterais, entre outros; 2. Elaborar pareceres sobre propostas de criação/renovação de instrumentos financeiros (Linhas de Crédito, Empréstimos, Acordos de Reestruturação da Dívida, entre outros) e acompanhamento da sua execução; 3. Responder a questionários e compilação de dados estatísticos para reporte da APD ao MNE.
OO6	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	18	Grau de satisfação dos utilizadores do DCRI	[4;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

4.7. DADO | DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Quadro 9 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DADO

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO. 01 Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios	30%	ID.01 Prazo de validação dos QUAR 2018 dos serviços	[8;16]	35%	*Apoiar a identificação dos indicadores do desempenho e os mecanismos de operacionalização dos parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade *Validar os objetivos, indicadores e metas constantes dos QUAR dos serviços do MF
		ID.02 Prazo para emissão de pareceres com análise crítica das autoavaliações	[20;30]	40%	*Elaborar pareceres com análise crítica das autoavaliações constantes dos relatórios de atividades elaborados pelos serviços do MF
		ID.03 Nº documentos técnicos elaborados, reuniões preparadas, no âmbito do GT CCAS, Relatório de análise comparada e relatórios de monitorização intercalar	[3;7]	25%	*Elaborar propostas de melhoria da aplicação do SIADAP 1 *Elaborar guiões de orientação e instrumentos de divulgação de boas práticas para divulgação junto dos serviços do MF *Preparar reuniões do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços *Preparar e presidir às reuniões do GT CCAS *Monitorizar a execução dos QUAR dos serviços do MF *Elaborar Relatório de Análise Comparada do desempenho de todos os serviços do ministério *Avaliar políticas e programas
OO. 02 Coordenar o processo de planeamento do GPEARI	10%	ID.04 Nº documentos e relatórios elaborados	[5;9]	100%	*Apoiar e coordenar a elaboração do QUAR, do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades do GPEARI *Apoiar e coordenar a monitorização do QUAR e do PA do GPEARI
OO. 03 Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	10%	ID.05 Nº documentos elaborados	[2;4]	100%	*Elaborar relatórios de monitorização *Coordenar a publicitação dos prazos médios de pagamento
OO. 04 Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF	5%	ID.06 Nº de reuniões preparadas e documentos elaborados	[6;10]	100%	*Participar nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, da Comissão interministerial da CIG e do Grupo de Trabalho do V PNI *Coordenar a implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF

Objetivos		Peso do Objetiv o	Indicadores		Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO. 05	Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	30%	ID.07	Grau de satisfação dos utilizadores internos da DSIR	[3,6;4]	100%	*Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património, em coordenação com a Secretaria-Geral do MF *Coordenar a aplicação da avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores; *Promover a realização de procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia; *Assegurar os serviços de expediente e arquivo *Planear e coordenar a definição estratégica dos sistemas e tecnologias de informação do GPEARI, garantindo a sua qualidade e eficiência; *Apoiar a definição das políticas e objetivos relativos aos sistemas e tecnologias de informação; *Controlar as condições de otimalidade no funcionamento dos sistemas e tecnologias de informação ao nível da organização, designadamente quanto às suas funcionalidades, desempenho e qualidade da informação; *Assegurar a recolha e tratamento da informação de base à produção de estatísticas macroeconómicas e de indicadores e de outra informação de gestão.
OO. 06	Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	5%	ID.08	Prazo médio de resposta do helpdesk (dias úteis)	[0,9;1,1]	100%	*Responder a pedidos do helpdesk (TIC)
OO. 07	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	5%	ID.09	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%; 99,5%]	100%	*Responder atempadamente a pedidos externos
OO. 08	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	ID.10	Grau de satisfação dos utilizadores do DADO	[4;4,2]	100%	*Elaborar, aplicar e tratar questionários

5. RECURSOS HUMANOS

Para o ano de 2018 foi aprovado um mapa de pessoal totalizando 77 colaboradores, dos quais 64% correspondem a técnicos superiores especialistas em orçamento e finanças públicas, tal como se pode observar no quadro abaixo.

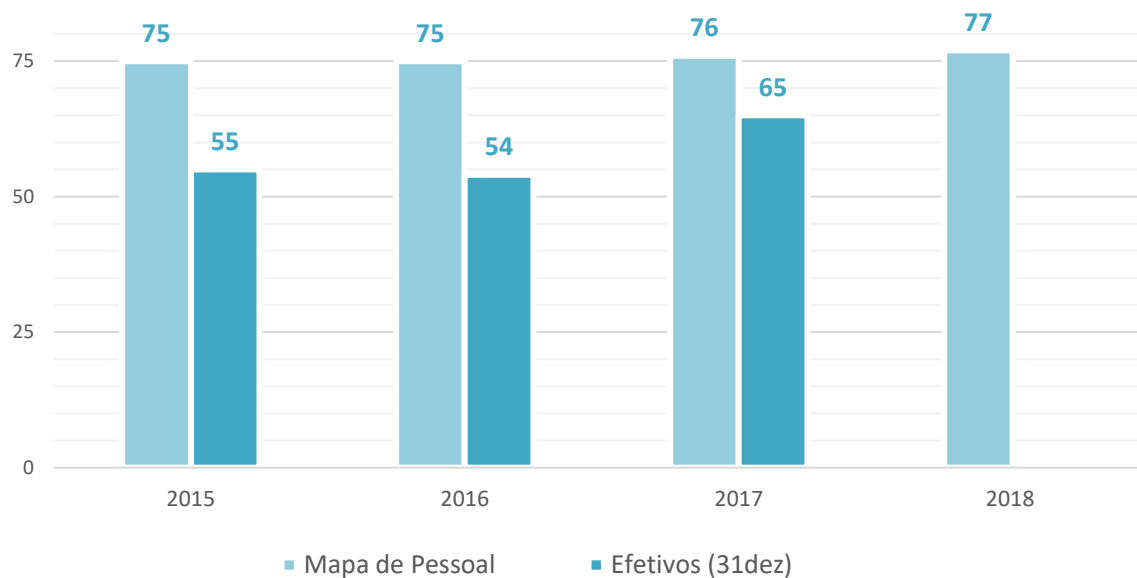
Quadro 10 | Postos de trabalho previstos para 2018

	Nº de postos de trabalho
Diretor-Geral	1
Subdiretor-Geral	2
Diretor de Serviços	6
Chefe de Divisão	9
Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas	49
Coordenador Técnico Informática	1
Técnico de Informática	4
Assistente Técnico	4
Assistente Operacional	1
TOTAL	77

Em termos de evolução, vemos uma estabilização do mapa de pessoal desde 2015, cujo preenchimento tem vindo a evoluir favoravelmente, mas ainda longe da plena ocupação dos lugares.

De facto, a 31 de dezembro de 2016 o GPEARi contava apenas com 53 colaboradores, conseguindo no final de 2017, fruto de um processo de recrutamento externo, atingir 65 colaboradores, ainda assim, número aquém das reais necessidades do Gabinete e do total de postos de trabalho aprovados para esse ano (76).

Gráfico 1 | Evolução do mapa de pessoal e efetivos



6. RECURSOS FINANCEIROS

Depois de uma diminuição da dotação orçamental nos últimos anos, a dotação atribuída ao GPEARI estabilizou em 3,3 milhões de euros para 2018, garantindo o mesmo *plafond* que em 2017, subdividido em orçamento de “Funcionamento” (cerca de 76%) e orçamento de “Cooperação” (cerca de 24%) - detalhe em Anexo.

Dos ajustamentos necessários para 2018 resultaram:

- diminuição de -2,6% no Agrupamento 1 - Despesas com o pessoal, decorrente do recrutamento de funcionários com posições remuneratórias de início de carreira e da aposentação de funcionários com posições remuneratórias de topo de carreira;
- acréscimo de 12,9% no Agrupamento 2 - Aquisições de bens e serviços, resultante essencialmente do aumento de instalações e da assunção de novos compromissos;
- acréscimo do Agrupamento 7 - Aquisições de bens de capital, resultante da necessidade de aquisição de Ativos Fixos, consequência do aumento de Recursos Humanos.

Quadro 11 | Dotação Inicial do GPEARI para 2017 e 2018

	Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Despesas com o pessoal	2 270 059€	2 326 782€	2,5%	657 817€	526 026€	-20,0%	2 927 876€	2 852 808€	-2,6%
Aquisição de bens e serviços	234 520€	267 060€	13,9%	151 700€	169 000€	11,4%	386 220€	436 060€	12,9%
Transferências correntes	10 272€	0€	n.a.	0€	0€	0,0%	10 272€	0€	n.a.
Outras despesas	0€	0€	0,0%	250€	250€	0,0%	250€	250€	0,0%
Aquisição de bens de capital	36 500€	52 000€	42,5%	0€	20 000€	n.a.	36 500€	72 000€	97,3%
Total	2 551 351€	2 645 842€	3,7%	809 767€	715 276€	-11,7%	3 361 118€	3 361 118€	0,0%

7. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Durante os próximos anos, a modernização administrativa será um dos pilares considerados prioritários, sedimentada na implementação de reformas relevantes de modernização do Estado, que valorizam as suas funções e reforçam a capacidade de resposta aos desafios da economia e da sociedade.

Assim, em sintonia com a obrigatoriedade imposta pelo artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, de integrar nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver. As medidas previstas passam, designadamente, por alterações que visem a desburocratização, qualidade e inovação, devendo ser avaliada a sua aplicação em cada ano e efetuada a previsão das poupanças associadas a tais medidas.

Nos últimos anos, não obstante as limitações a vários níveis, o GPEARi tem vindo a implementar algumas medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental.

Neste domínio, a maturidade do sistema de gestão documental leva-nos a novas exigências, estando previsto a candidatura a aviso SAMA com um projeto que permita aprofundar a desmaterialização de processos, a otimização de procedimentos e a prestações de novos serviços.

ANEXO

(em euros)

Dotação Inicial		Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
		2017	2018	Δ	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
D.01	Despesas com o pessoal	2 270 059	2 326 782	2,5%	657 817	526 026	-20,0%	2 927 876	2 852 808	-2,6%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	1 805 436	1 856 394	3%	493 582	401 711	-18,6%	2 299 018	2 258 105	-1,8%
D.01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1 443 786	1 457 553	1%	397 458	323 085	-18,7%	1 841 244	1 780 638	-3,3%
D.01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.01.01.11	Representação	51 377	58 382	14%	15 415	8 409	-45,4%	66 792	66 791	0,0%
D.01.01.12	Suplementos e prémios	2 749	14 003	409%	0	0	n.a.	2 749	14 003	409,4%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	68 710	83 534	22%	14 467	16 367	13,1%	83 177	99 901	20,1%
D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	119 407	121 461	2%	33 121	26 925	-18,7%	152 528	148 386	-2,7%
D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal.	119 407	121 461	2%	33 121	26 925	-18,7%	152 528	148 386	-2,7%
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	30 500	16 366	-46%	35 000	32 796	-6,3%	65 500	49 162	-24,9%
D.01.02.02	Horas extraordinárias	3 500	3 500	0%	0	0	n.a.	3 500	3 500	n.a.
D.01.02.04	Ajudas de custo	27 000	8 758	-68%	26 000	24 487	-5,8%	53 000	33 245	-37,3%
D.01.02.12.A0.00	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	0	4 108	n.a.	0	4 108	n.a.	0	8 216	n.a.
D.01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios	0	0	n.a.	9 000	4 201	-53,3%	9 000	4 201	-53,3%
D.01.03	Segurança Social	434 123	454 022	5%	129 235	91 519	-29,2%	563 358	545 541	-3,2%
D.01.03.01.A0.00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	0		n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.01.03.02	Outros encargos com a saúde	0		n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	632	7 009	1009%	0	0	n.a.	632	7 009	1009,0%
D.01.03.04	Outras prestações familiares	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	228 823	196 203	-14%	47 345	56 591	19,5%	276 168	252 794	-8,5%

(em euros)

Dotação Inicial		Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
		2017	2018	Δ	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	181 060	222 238	23%	66 445	34 928	-47,4%	247 505	257 166	3,9%
D.01.03.05.A0.C0	Contrib. para a Seg. Social - Outras	23 608	28 572	21%	15 445	0	-100,0%	39 053	28 572	-26,8%
D.02	Aquisição de bens e serviços	234 520	267 060	14%	151 700	169 000	11,4%	386 220	436 060	12,9%
D.02.01	Aquisição de bens:	26 000	21 300	-18%	0	2 500	n.a.	26 000	23 800	-8,5%
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5 000	5 000	0%	0	0	n.a.	5 000	5 000	0,0%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1 500	1 500	0%	0	0	n.a.	1 500	1 500	0,0%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	2 000	2 500	25%	0	2 500	n.a.	2 000	5 000	150,0%
D.02.01.08	Material de escritório	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	4 000	1 800	-55%	0	0	n.a.	4 000	1 800	n.a.
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	8 000	5 000	-38%	0	0	n.a.	8 000	5 000	n.a.
D.02.01.08.A0.09	Material de Escritório - Anos Findos	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.02.01.14	Outro material - Peças	1 500	1 500	0%	0	0	n.a.	1 500	1 500	0,0%
D.02.01.18	Livros e documentação técnica	1 000	1 000	0%	0	0	n.a.	1 000	1 000	0,0%
D.02.01.21	Outros bens	3 000	3 000	0%	0	0	n.a.	3 000	3 000	0,0%
D.02.02	Aquisição de serviços:	208 520	245 760	18%	151 700	166 500	9,8%	360 220	412 260	14,4%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	3 000	25 500	750%	0	0	n.a.	3 000	25 500	750,0%
D.02.02.03	Conservação de bens	5 000	5 000	0%	0	2 500	n.a.	5 000	7 500	50,0%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	17 000	17 000	0%	0	0	n.a.	17 000	17 000	0,0%
D.02.02.08	Locação de outros bens	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	2 000	1 500	-25%	0	0	n.a.	2 000	1 500	-25,0%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	9 000	6 000	-33%	0	0	n.a.	9 000	6 000	-33,3%
D.02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	600	600	0%	0	0	n.a.	600	600	0,0%

(em euros)

Dotação Inicial		Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
		2017	2018	Δ	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
D.02.02.10	Transportes	4 940	2 500	-49%	0	1 000	n.a.	4 940	3 500	-29,1%
D.02.02.11	Representação dos serviços	2 000	2 000	0%	0	1 500	n.a.	2 000	3 500	75,0%
D.02.02.12.A0.00	Seguros - Estágios Profissionais na AP	150	0	-100%	0	0	n.a.	150	0	-100,0%
D.02.02.12.B0.00	Seguros - Outras	350	400	14%	0	1 000	n.a.	350	1 400	300,0%
D.02.02.13	Deslocações e estadas	121 360	100 000	-18%	146 700	150 000	2,2%	268 060	250 000	-6,7%
D.02.02.13.A0.09	Deslocações e estadas - Anos findos	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.02.02.15.A0.00	Formação - Tecnol. Inform. e Comunicação (TIC)	0	2 500	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.02.02.15.B0.00	Formação - Outras	0	5 000	n.a.	0	2 500	n.a.	0	7 500	n.a.
D.02.02.16	Seminários, exposições e similares	0	10 000	n.a.	0	4 500	n.a.	0	14 500	n.a.
D.02.02.17.A0.00	Publicidade	0	1 500	n.a.	0	0	n.a.	0	1 500	n.a.
D.02.02.19.A0.00	Assist. Técnica - Equipamento informático (Hardware)	1 000	1 000	0%	0	0	n.a.	1 000	1 000	0,0%
D.02.02.19.B0.00	Assist. Técnica - Software Informático	17 000	17 000	0%	0	0	n.a.	17 000	17 000	0,0%
D.02.02.19.C0.00	Assist. Técnica - Outros	1 000	1 500	50%	0	0	n.a.	1 000	1 500	50,0%
D.02.02.20.A0.00	Outros Trab.Especializ. - Serv. Natureza Informática	20 000	14 860	-26%	0	0	n.a.	20 000	14 860	-25,7%
D.02.02.20.B0.00	Outros Trab.Especializ. - Pagamentos à GeRAP	3 120	28 900	826%	0	0	n.a.	3 120	28 900	826,3%
D.02.02.20.C0.00	Outros Trab.Especializ. - Outros	0	2 000	n.a.	0	1 000	n.a.	0	3 000	n.a.
D.02.02.25.B0.00	Preparação e custas judic. DL 224-A/96	0		n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.02.02.25.E0.00	Outros serviços	1 000	1 000	0%	5 000	2 500	-50,0%	6 000	3 500	-41,7%
D.04	Transferências correntes	10 272	0	n.a.	0	0	n.a.	10 272	0	n.a.
D.04.08	Famílias	10 272		n.a.	0	0	n.a.	10 272	0	n.a.
D.04.08.02.A0.00	Estágios Profissionais na AP	10 272		n.a.	0	0	n.a.	10 272	0	n.a.
D.06	Outras despesas	0	0	n.a.	250	250	0%	250	250	n.a.

(em euros)

Dotação Inicial		Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
		2017	2018	Δ	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
D.06.02		0	0	n.a.	250	250	0%	250	250	n.a.
D.06.02.03.R0.00	Reserva	0	0	n.a.	250	250	0,0%	250	250	n.a.
D.07	Aquisição de bens de capital	36 500	52 000	42%	0	20 000	n.a.	36 500	72 000	97,3%
D.07.01	Investimentos	36 500	52 000	42%	0	20 000	n.a.	36 500	72 000	97,3%
D.07.01.03.A0.B0	Edifícios.	5 000	12 000	140%	0	0	n.a.	5 000	12 000	n.a.
D.07.01.07.A0.B0	Equipamento de informática - Outros	15 000	10 000	-33%	0	20 000	n.a.	15 000	30 000	100,0%
D.07.01.08.A0.B0	Software informático - Outros	3 000	25 000	733%	0	0	n.a.	3 000	25 000	733,3%
D.07.01.09.A0.B0	Equipamento administrativo - Outros	6 000	5 000	-17%	0	0	n.a.	6 000	5 000	-16,7%
D.07.01.10.A0.B0	Equipamento básico - Outros	7 500	0	-100%	0	0	n.a.	7 500	0	-100,0%
	Total	2 551 351	2 645 842	4%	809 767	715 276	-11,7%	3 361 118	3 361 118	0,0%

ACRÓNIMOS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
aicep Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIIB	<i>Asian Infrastructure Investment Bank</i>
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	<i>Working Group on Ageing Population and Sustainability</i>
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAfD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BC/FT	Branqueamento de Capitais / Financiamento ao Terrorismo
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CA	Conselho de Administração
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CG	Conselho de Governadores
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial de Cooperação
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CNDH	Comissão Nacional para os Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSE	Conselho Superior de Estatística
DADO	Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional
DAEP	Departamento de Análise, Estudos e Previsão
DCRI	Departamento de Cooperação e Relações Internacionais
DGAE	Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do MNE
DMSPL	Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa
DPE	Departamento de Política Europeia
DPFP	Departamentos de Políticas e Finanças Públicas
DSIR	Divisão de Sistemas de Informação e Recursos

ECOFIN	Conselho para as Questões Económicas e Financeiras
EFC	<i>Economic and Financial Committee</i>
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
ESAME	Estrutura para o Acompanhamento da Execução do Memorando de Entendimento
ESM	<i>European Stability Mechanism</i>
ESM BoD	<i>European Stability Mechanism Board of Directors</i>
ESM BoG	<i>European Stability Mechanism Board of Governors</i>
EWG	<i>Euro Working Group</i>
FCPB	Fundo Comum de Produtos de Base
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSC	<i>Financial Services Committee</i>
FUESEN	Grupo de Trabalho para a Constituição de um Ficheiro Único de Unidades Estatísticas do Sistema Estatístico Nacional
GAFI	Grupo de Ação Financeira
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GT	Grupo de Trabalho
GT C. S. Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
ID	Indicador
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGCP	Agência de Gestão da tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.
INE	Instituto Nacional de Estatística
LIME	Working Group on the Methodology to Assess Lisbon Related Structural Reforms
MAMMF	Mecanismo de Acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OO	Objetivo Operacional
PA	Plano de Atividades
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PICAT Aduaneiro-CPLP	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica na área Aduaneira
PICAT IGF-CPLP	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica na área da IGF
PICATFin	Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PNI	Plano Nacional para a Igualdade
PPS-PPM	<i>Post Programme Surveillance - Post-Programme Monitoring</i>
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da UE
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SCIMF	<i>Sub-Committee on International Monetary Fund Issues</i>
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

SOFID	Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TF	<i>Taskforce</i>
TFCA	<i>Taskforce on Coordinated Action</i>
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
UB	União Bancária
UE	União Europeia
UMC	União dos Mercados de Capitais
UTAIL	Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo
UTAO	Unidade Técnica de Acompanhamento Orçamental